

## **SALA DE RECURSOS: ESPAÇO DE APOIO À PERMANÊNCIA DE ALUNOS PSICÓTICOS NO ENSINO COMUM?**

Mauren Lúcia Tezzari  
Mestranda no PPGEDU – UFRGS  
Professora da SIR (Sala de Integração e Recursos),  
na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.  
MESA REDONDA N° 41 **Eixo Temático 7:** Educação, infância e juventude  
ANPED/SUL 2002

Palavras-chave: psicose; educação especial; sala de recursos

### **Introdução**

O movimento de abertura das escolas regulares aos alunos com necessidades educativas especiais exige uma série de mudanças para, não apenas viabilizar o acesso dos mesmos como também, garantir sua permanência no ensino comum. Atualmente, observa-se a existência de projetos político-pedagógicos locais comprometidos com a construção de uma escola para todos os alunos que a ela chegam. Entretanto, mesmo nesses locais com propostas consideradas inovadoras, a inclusão tem gerado forte debate e se depara com obstáculos como a falta de formação dos professores em geral em relação ao trabalho junto aos alunos com necessidades educativas especiais e insuficiente apoio específico para a adequação do sistema educacional frente às novas demandas que surgem a partir dessa perspectiva.

Percebe-se que esse processo é facilitado quando o atendimento ao aluno não requer condições que não sejam as comumente disponíveis nas escolas. Em se tratando de alunos considerados como casos graves, observa-se uma maior dificuldade quanto ao ingresso e permanência na escola, inclusive na especial. É o que geralmente acontece com os alunos identificados como autistas e psicóticos. Com relação a esses casos, vêm acontecendo experiências positivas de inserção de alunos diagnosticados como psicóticos em escolas do ensino comum. O contexto utilizado como referência na presente análise é a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, na qual há uma estruturação curricular diferenciada (ciclos de formação), que permite uma flexibilização na trajetória escolar de seus alunos. Além do importante investimento que a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre vem fazendo na formação de seus

professores<sup>1</sup>, têm sido criados dispositivos que visam propiciar uma melhor estrutura para o trabalho junto a esses alunos, cujos efeitos podem ser estendidos a todos os envolvidos nesse processo. Entre os dispositivos de apoio existentes na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, a análise centrar-se-á na Sala de Integração e Recursos (SIR), que consiste em um espaço de atendimento pedagógico vinculado à educação especial e inserido nas escolas regulares, onde atuam professores de educação especial. Esse serviço existe na referida Rede desde 1995 e, ao longo desse tempo, vem acolhendo alunos com transtornos emocionais como o autismo e a psicose, sendo possível perceber que a permanência dos mesmos no ensino comum é viabilizada pelo suporte que a SIR busca criar a partir de sua atuação junto aos alunos, seus professores e as famílias.

## **O Contexto**

A partir de 1993 a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre iniciou a implementação de um projeto político-pedagógico denominado Escola Cidadã<sup>2</sup>, cuja meta maior é a democratização da escola por meio da participação e da busca da aprendizagem para todos. Após a realização de um amplo processo de discussão que envolveu todos os seguimentos da comunidade escolar<sup>3</sup>, foi desencadeada uma reestruturação curricular que buscava operacionalizar o caráter inclusivo presente na concepção desse projeto. Foi proposto então, que na Rede Municipal de Porto Alegre, o ensino fundamental se estruturasse por Ciclos de Formação. A estrutura seriada foi substituída por uma organização em três ciclos, com três anos cada um, ampliando-se para nove anos a escolaridade obrigatória no âmbito do ensino fundamental:

1º Ciclo – alunos de 6 a 8 anos de idade;

2º Ciclo – alunos de 9 a 11 anos de idade;

3º Ciclo – alunos de 12 a 14 anos de idade.

---

<sup>1</sup> O tema da integração/inclusão tem recebido significativa ênfase nas formações da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

<sup>2</sup> De acordo com o atual secretário de educação, Eliezer Pacheco, em consonância com os eixos prioritários da 4ª gestão da Administração Popular em Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) elaborou o atual Plano Plurianual, no qual uma das diretrizes é construir e implementar o conceito de *Cidade Educadora* (SCHOLZE, 2001).

<sup>3</sup> A comunidade escolar é composta pelos professores, alunos, pais e funcionários da escola.

Em cada ciclo de formação há um conjunto de princípios e conhecimentos que “norteiam, complexificam e aprofundam o trabalho pedagógico” (Rocha,1999,p.10) assim como a trajetória do aluno no ensino fundamental. Além disso, essa forma de organização procura transformar a ação docente, na medida em que introduz dinâmicas coletivas de planejamento e avaliação e amplia o número de professores envolvidos com as turmas cotidianamente.

Um dos aspectos fundamentais na concretização desse projeto político-pedagógico refere-se à criação de mecanismos institucionais de inclusão, capazes de garantir a aprendizagem para todos. Com relação a esse aspecto, foram propostos os Laboratórios de Aprendizagem<sup>4</sup>, a volância, as turmas de progressão e a Sala de Integração e Recursos (SIR). Atualmente existe também o estágio de integração, atividade desenvolvida em turmas com alunos com necessidades educativas especiais por estudantes da graduação em educação especial, com o objetivo de apoiar o trabalho do professor referência em sala de aula. Dentre esses dispositivos existentes, apresentarei apenas a Sala de Integração e Recursos, que tem-se caracterizado como um espaço escolar paralelo e complementar no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, entre eles aqueles diagnosticados como autistas e psicóticos.

### **A Sala de Integração e Recursos**

A implantação das Salas de Integração e Recursos teve início em 1995, como um projeto piloto, em quatro escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, procurando abranger as diversas regiões da cidade, sendo essa ação, parte da política de integração para alunos com necessidades educativas especiais que a Secretaria Municipal de Educação vem implantando.

Conforme Tezzari e Baptista (2002, p.146),

*A SIR é um espaço paralelo de atendimento, em turno inverso àquele no qual o aluno frequenta a classe comum. Os alunos atendidos passam por uma triagem pedagógica que identifica a necessidade de uma ação específica e complementar, a ser desenvolvida por um profissional da educação especial. Há ênfase em atividades alternativas*

---

<sup>4</sup> Para maiores esclarecimentos a respeito desse dispositivo de apoio, ver Caderno pedagógico n. 9,1999).

*àquelas desenvolvidas em sala de aula, partindo-se dos recursos apresentados pelo sujeito.*

Além do atendimento ao aluno, faz parte das atribuições da SIR buscar a articulação desse trabalho com a ação dos docentes que atendem o aluno em classe regular, por meio de reuniões conjuntas, assim como o acompanhamento às famílias dos mesmos.

Atualmente estão em funcionamento 14 Salas de Integração e Recursos, em uma distribuição que abrange as diferentes regiões da cidade e onde atuam 29 professores com formação em educação especial.

a) Abrangência

O trabalho da SIR envolve:

- Avaliação e atendimento ao aluno da rede municipal;
- Assessoria e planejamento junto aos professores e serviços da escola do aluno;
- Orientações junto aos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente.

b) Clientela

São atendidos pela SIR:

- alunos com necessidades educativas especiais contínuas ou transitórias, freqüentando o ensino comum, de qualquer ano-ciclo, bem como das turmas de progressão e que necessitam do atendimento complementar;
- crianças da educação infantil com necessidades educativas especiais, encaminhadas para avaliação quanto à modalidade de ensino (comum ou especial) mais indicada para elas no ano seguinte;
- alunos do ensino especial com possibilidades de ingressarem na escola regular. Neste caso, a SIR servirá como “ponte” para essa passagem (busca de escola conforme zoneamento do aluno, tratativas com a equipe diretiva, contatos com a família, suporte ao aluno).

c) Horário Alternativo

O atendimento em turno oposto ao horário escolar foi privilegiado para que o aluno não seja privado, de forma regular, do trabalho desenvolvido em sala de aula e das

importantes trocas com seus pares. Este horário constitui-se como um tempo a mais para oportunizar toda a intervenção proposta pela SIR.

#### d) Dinâmica de Trabalho

O atendimento é realizado por dois profissionais da educação especial que atuam em atendimentos simultâneos, em pequenos grupos de alunos ou individualmente, quando necessário.

O serviço de orientação pedagógica e de supervisão da escola, bem como os professores, a partir de discussões realizadas em seus espaços pedagógicos, definem os alunos que serão encaminhados para avaliação na SIR, levando em consideração as características da clientela à qual se destina a SIR. Após essa definição, é preenchido o parecer de encaminhamento individual, onde constam informações e observações de todos os professores envolvidos com o aluno. A partir daí, inicia-se o processo de avaliação. O primeiro passo desse processo é uma observação feita da criança ou adolescente em seu contexto escolar. Em seguida, marca-se uma entrevista com os responsáveis pelo aluno, na SIR onde acontecerá a avaliação. Após esse primeiro encontro com a família, iniciam-se os encontros com o aluno, individualmente, duas vezes por semana.

Finalizada a avaliação, é feita a devolução para a escola e para a família. Havendo a necessidade do atendimento na SIR, parte-se para o planejamento do trabalho didático e/ou intervenção psicopedagógica a ser desenvolvida por parte dos professores da SIR, assim como na sala de aula, sendo definido também, se o atendimento será individual ou em grupo.

Durante o período de atendimento ao aluno, são realizados encontros periódicos com os seus professores com o objetivo de discutir as possíveis mudanças e avanços da criança ou do adolescente, bem como buscar construir alternativas de trabalho em sala de aula que levem em consideração suas peculiaridades e necessidades. Além da integração social desse aluno na escola, procura-se garantir sua permanência também por meio de aprendizagens efetivas, mesmo que seu percurso educacional não seja o mesmo da maioria dos alunos. Além disso, espera-se que esses espaços de reflexão a respeito da prática pedagógica possam refletir-se no trabalho junto a todos os alunos, contribuindo para o enriquecimento da intervenção do professor.

É possível pensar na conclusão do atendimento na SIR à medida em que o aluno tiver avanços no contexto escolar, podendo dar continuidade ao seu processo de

escolarização com mais autonomia e segurança. Também leva-se em consideração o envolvimento da escola com a construção de propostas de trabalho voltadas para o atendimento das necessidades desse aluno. Esse processo de desligamento ocorrerá com a participação do professor da SIR, da família, da própria criança ou adolescente, dos professores, bem como do orientador educacional e supervisor escolar.

Cada escola tem um número de vagas para encaminhar à SIR, sendo proporcional ao número de alunos matriculados na escola. Desde o início das atividades da Sala de Integração e Recursos, as escolas têm priorizado o encaminhamento de alunos que efetivamente apresentam necessidades educativas especiais, em geral, permanentes e que resultam em significativas dificuldades de aprendizagem.

Entre os alunos encaminhados, é possível encontrar diferentes situações que levaram ao encaminhamento à SIR: deficiência mental, paralisia cerebral, síndrome de Down, alunos com comprometimentos importantes não somente na aprendizagem mas sem diagnóstico definido, bem como aqueles diagnosticados como autistas e psicóticos.

### **O atendimento educacional aos alunos com necessidades educativas especiais**

Sabe-se que, ao longo da história, ocorreu uma lenta e tortuosa mudança quanto ao entendimento a respeito das deficiências (particularmente a mental) e doenças mentais, assim como em relação ao atendimento oferecido pelas sociedades às pessoas com diferenças mais acentuadas. Entretanto, apesar do significativo avanço que ocorreu, especialmente na segunda metade do século XX, no Brasil o atendimento existente ainda não abrange a maior parte da população considerada como clientela da educação especial.

Para Jerusalinsky (2000), há trinta anos a questão era ampliar o número de escolas especiais, uma vez que era grande a quantidade de crianças com problemas de desenvolvimento para as quais não havia qualquer tipo de atendimento educacional, mesmo que o conceito e a experiência das escolas especiais já existissem há bastante tempo.

Porém, se a escola especial representou inicialmente uma abertura para essa parcela da população, paulatinamente passou a ter desdobramentos discriminatórios (Jerusalinsky,2000). Na medida em que passaram a existir locais “especializados” no atendimento aos alunos com problemas de desenvolvimento, as escolas comuns começaram a encaminhar também aquelas crianças cujo rendimento escolar

diferenciava-se das demais. Dessa forma, as escolas especiais receberam alunos com situações que diferiam da deficiência mental mas que afetavam sua aprendizagem, como problemas de conduta, condições familiares e econômicas, assim como questões psíquicas. Entretanto, em se tratando de alunos considerados como casos graves, entre os quais, autistas e psicóticos, até mesmo as escolas especiais tinham restrições em recebê-los.

Atualmente, com o movimento de integração/inclusão acontecendo em todo o mundo, tem-se buscado garantir o acesso à escola comum para todos os alunos. A viabilização disso passa, evidentemente, pela criação de mecanismos nas escolas, que possam dar sustentação ao trabalho a ser desenvolvido, procurando eliminar as barreiras que possam existir para a aprendizagem e integração dos alunos com necessidades educativas especiais. Vale acrescentar que, para além da remoção das barreiras arquitetônicas (que são importantes), é preciso acontecer uma reorganização da escola, abrangendo o currículo, a avaliação e a intervenção pedagógica dos professores em sala de aula. Nesse panorama, um aspecto fundamental é a formação dos professores. Outro aspecto que se destaca refere-se ao apoio a ser oferecido tanto ao aluno com necessidades educativas especiais quanto aos professores envolvidos nesse processo.

A respeito da remoção das barreiras para aprendizagem, Carvalho (2000) afirma que o atendimento educacional baseado no paradigma da inclusão deve procurar superá-las e destaca como as mais significativas, aquelas de cunho atitudinal diante da diversidade. A referida autora ressalta a necessidade de serem oferecidas aos alunos, ações de apoio específico, individualmente ou em pequenos grupos, envolvendo aspectos cognitivos, motores, lingüísticos e afetivos, sempre com o objetivo de garantir o sucesso na aprendizagem.

Também na Declaração de Salamanca (1994) foram propostos princípios (como o 8, 30 e 47) que destacam a necessidade de serem desenvolvidos suportes extras, além do trabalho da classe regular para o sucesso de políticas educacionais inclusivas.

Assim, a Sala de Integração e Recursos encontra-se em sintonia com os princípios da Declaração de Salamanca, bem como com documentos oficiais brasileiros recentes como a LDB de 1996 e o Parecer CNE/CEB 17/2001, que fundamentou as Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica (21/09/2001). Nesses documentos é previsto o oferecimento de apoio especializado aos alunos com

necessidades educativas especiais matriculados no ensino comum, sempre que for necessário<sup>5</sup>.

### **A contribuição da Sala de Integração e Recursos**

Ao longo do período de funcionamento da SIR, têm havido mudanças no perfil dos alunos encaminhados pelas escolas.

Ao ser implementado o projeto, em 1995, com exceção de uma escola<sup>6</sup>, as demais escolas municipais ainda funcionavam na estrutura seriada. Dentro dessa organização, os alunos a serem encaminhados deveriam ser os multi-repetentes, de 1ª à 3ª, preferencialmente os da primeira série. À medida em que as escolas foram “ciclado”<sup>7</sup>, criaram-se outros mecanismos que, juntamente com a SIR, tinham como objetivo garantir a permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na escola comum por meio da promoção de aprendizagens efetivas: a volância, as turmas de progressão e os Laboratórios de Aprendizagem<sup>8</sup>.

Com a criação dos Laboratórios de Aprendizagem em todas as escolas de ensino fundamental regular, foi possível observar que os alunos com dificuldades de aprendizagem mais pontuais, como em uma área do conhecimento ou na alfabetização, por exemplo, passaram a ser encaminhados para esse espaço. Ao passo que os casos considerados mais graves pelas escolas têm sido encaminhados à SIR.

Outro aspecto importante a ser destacado, refere-se à uma possível mudança de postura por parte das famílias das crianças com necessidades educativas especiais. Atualmente, observa-se uma tendência dos pais em procurarem diretamente uma escola de ensino fundamental regular para matricularem seus filhos quando estes encontram-se na idade de ingressarem na mesma. Além disso, a educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre tem acolhido todas as crianças dentro dessa faixa etária, independente das características que elas possam apresentar, contando com o apoio de

---

<sup>5</sup> A apresentação e análise destes documentos não é possível nesse momento, pois levaria a um distanciamento do foco do presente trabalho.

<sup>6</sup> Em 1995 começou a funcionar a Escola Monte Cristo, tendo sido a primeira escola da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre organizada por Ciclos de Formação.

<sup>7</sup> Durante o período de reestruturação das escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, passou a ser empregado o verbo “ciclar” ao referir-se a esse processo.

<sup>8</sup> A apresentação detalhada desses dispositivos de apoio das escolas da Rede Municipal de Porto Alegre tem sido feita nos *Cadernos Pedagógicos da Secretaria Municipal de Ensino de Porto Alegre*, em especial o número 9.

estagiários que estão cursando a graduação em pedagogia, habilitação educação especial.

Assim, diante desses fatores apresentados, tem-se observado uma especificação no perfil dos alunos encaminhados pelas escolas à Sala de Integração e Recursos, sendo que, atualmente, há um número importante de casos de transtornos emocionais graves, como o autismo e a psicose. De maneira geral, esses alunos não têm vindo das escolas especiais, mas sim, das escolas infantis ou matriculados diretamente pelas famílias no ensino regular. Essa situação evidencia-se a partir dos relatos feitos pelos colegas que trabalham nas diferentes SIRs, refletindo-se também nas temáticas que têm sido abordadas nas formações específicas para o grupo de professores que atua nesse espaço.

A Sala de Integração e Recursos tem procurado garantir a permanência desses alunos na escola comum, por meio de diferentes frentes de atuação: no atendimento ao aluno, no acompanhamento à família e na interlocução com os professores dessas crianças e adolescentes, na medida em que entende-se que estes, para além de sua capacidade de aprender, podem beneficiar-se com a circulação em um espaço que se configura como o lugar das crianças estarem nesse período do desenvolvimento.

De acordo com Kupfer (2000,p.113), *viver com os outros é o que constitui e tece de modo estrutural a teia e o tecido de um sujeito. Se algo na história de uma criança a está impedindo de enodar com o outro, de fazer laço social, então buscar o reordenamento simbólico desse sujeito, tratar dele é, entre outras coisas, levá-lo mais uma vez à trama social. Ao meio da rua, às escolas.*

Ainda a esse respeito, a referida autora (op.cit.,p.115) acrescenta:

*Assim, a defesa da inclusão escolar não extrai seu fundamento apenas do respeito à condição de cidadania a que qualquer criança tem direito. A inclusão produz ainda efeitos terapêuticos para a criança cuja subjetivação encontra obstáculos que um velho pátio de escola ainda pode ajudar a transpor.*

No atendimento realizado junto aos alunos procura-se, a partir dos recursos apresentados pelo sujeito, estabelecer vínculos com as aprendizagens escolares, respeitando suas peculiaridades e sem a intenção de “corrigir” possíveis atitudes consideradas inadequadas.

Além do atendimento ao aluno, tem-se revelado de fundamental importância, o trabalho de apoio desenvolvido junto aos professores desses alunos. Boa parte da postura resistente de professores do ensino regular em relação à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, parece estar relacionada à falta de formação específica para atuar junto a essas crianças e adolescentes.

Outro aspecto que, de maneira geral, os professores das escolas regulares têm ressaltado, é a necessidade de apoio específico ao seu trabalho a ser desenvolvido junto a esses alunos, bem como no manejo com o restante do grupo.

Nesse sentido, a Sala de Integração e Recursos tem procurado estabelecer uma parceria com esses professores, por meio do estabelecimento de espaços de interlocução permanentes, onde possam ser discutidos aspectos como: a dinâmica da sala de aula, possíveis intervenções junto ao aluno, alternativas de trabalho envolvendo todo o grupo de alunos. É possível perceber que as discussões e reflexões realizadas nesses encontros têm contribuído no suporte ao trabalho do professor de sala de aula e, conseqüentemente, tem efeitos positivos na inserção e aprendizagem dos alunos psicóticos, assim como para os demais alunos.

## **Reflexões**

Pensar a respeito das possibilidades de inserção e permanência de alunos com transtornos emocionais graves nas escolas regulares, implica em levar em consideração o contexto onde isso acontece.

No caso do presente texto, a estrutura existente na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, bem como a existência de um projeto político-pedagógico amplo, são aspectos essenciais a serem considerados ao se analisar a questão do atendimento dos alunos autistas e psicóticos no ensino comum da referida Rede.

A atual proposta político-pedagógica possibilita que o planejamento das ações a serem desenvolvidas pelo professor assim como o processo de avaliação, tenham suficiente flexibilidade para atender as necessidades dos alunos em questão, sendo possível conciliar objetivos comuns e individualizados e considerar a trajetória de cada aluno de maneira singular. Outro aspecto favorecedor dessa flexibilidade, é a ampliação do número de professores envolvidos com a turma (referência, volante, arte-educação, educação física), possibilitando uma multiplicidade de olhares e intervenções.

Outro aspecto importante refere-se à existência de dispositivos de apoio à permanência do aluno com necessidades educacionais especiais. No caso da Sala de

Integração e Recursos, além do atendimento complementar e especializado ao aluno, busca-se estabelecer uma parceria com os professores, colocando à disposição do ensino comum os recursos da educação especial para, em conjunto, construir propostas de trabalho que considerem as peculiaridades desses alunos e suas necessidades, bem como as dos demais alunos da turma.

Vale destacar também a importância de se considerar não apenas a intervenção terapêutica, como também a educativa nas ações desenvolvidas junto às crianças e adolescentes autistas e psicóticos. Conforme Tezzari e Baptista (2002,p.154):

*(...) observa-se uma ênfase na valorização do atendimento psicoterápico destinado aos alunos psicóticos, minimizando uma articulação com outros tipos de intervenção, como a educativa. Consideramos que esse tipo de análise negligencia os recursos de um contexto “plural” como a escola e limita os próprios efeitos de uma intervenção psicoterápica, em função do seu nível de abrangência.*

A permanência no ensino comum dos alunos considerados como casos graves exige das escolas uma forte capacidade de adaptação, bem como a construção de alternativas de trabalho criativas e inovadoras. Assim, a Sala de Integração e Recursos, no contexto da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre tem procurado, por meio de sua atuação junto aos alunos e professores, colaborar na garantia da inclusão escolar dos alunos autistas e psicóticos no ensino comum.

## **Referências**

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação:** lei 9.394 de 20-12-1996. São Paulo:Ed. Esplanada, 1998. (Col. ADCOAS).

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo as barreiras para a aprendizagem.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer n. 17, de 03 de jul. de 2001. Assunto: **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Relatores: Kuno Paulo Rhoden e Sylvia Figueiredo Gouvêa. [ Brasília], 2001.

JERUSALINSKY, Alfredo; PÁEZ, Stella Maris. Carta aberta aos pais acerca da escolarização das crianças com problemas de desenvolvimento. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 5, n.9, p.118-123, 2. sem.2000.

KUPFER, Maria Cristina; PETRI, Renata. “Por que ensinar a quem não aprende?” **Estilos da Clínica**, São Paulo, v.5, n.9, p. 109-117, 2. sem. 2000.

ROCHA, Silvio (Org.) Ciclos de formação: proposta político-pedagógica da Escola Cidadã. **Cadernos pedagógicos da SMED**, Porto alegre, n.9, p. 1-112, abr. 1999.

SCHOLZE, Lia (Org.) **IX Seminário Nacional de Educação**: uma cidade educadora para uma cultura solidária: conferências maio de 2001. Porto Alegre: SMED, 2001.

TEZZARI, Mauren L.; BAPTISTA, Claudio R. Vamos brincar de Giovani? In: BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice (Orgs.) **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 145-156, 2002.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e prática em educação especial. Disponível em: <http://www.regra.net/educacao>. Acesso em: 11 abr. 1999.